

PROJETO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1. Título	Projeto de especialização em GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL		
1.2. Código e Área do Conhecimento segundo tabela CNPq	http://www.capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento (60202009) Administração Pública Área: 6.02.02.02-9		
1.3. Proponente	PROEG – Pró-reitoria de Ensino de Graduação DEAD – Diretoria de Gestão de Educação a Distancia		
1.4. Local de Execução	DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTANCIA Polos de Apoio Presencial de Alto Araguaia e de Juara		
1.5. Unidades Envolvidas	Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT Universidade Aberta do Brasil – UAB Polo de Apoio Presencial		
1.6. Coordenação (com titulação à frente do nome)	Diretoria de Gestão de Educação a Distancia Profa. Dra. Nilce Maria da Silva		
1.7. Contatos (e-mails e telefones)	dead@unemat.br – 65-3222-1103 nilcem@unemat.br – 65-9972-1147		
1.8. Carga horária	480	1.9. Vagas	50, sendo 25 vagas por polo.
1.10. Cronograma de execução	Fase	Início	Término
	Inscrição	Maio de 2017	Maio de 2017
	Seleção	Junho de 2017	Junho de 2017
	Matrícula	Agosto de 2017	Agosto de 2017
	Período de realização do curso	Setembro de 2017	Março de 2019
1.11. Público alvo	Portadores de diploma de curso superior que exercem atividades em órgãos públicos ou do terceiro setor ou que tenham aspirações ao exercício de função pública		
1.12. Critérios de Seleção	Análise de barema e comprovante de atuação em órgãos públicos e do terceiro setor. Vagas destinadas a servidores de órgãos públicos. Se sobrar vaga, destina-se para profissionais do terceiro setor. Se sobrar vagas, destina-se para o público em geral.		
1.13. Modalidade de Financiamento	UAB/Capes		
1.14. Corpo Docente (por ordem de titulação e seguidos da sigla da instituição e do regime de trabalho em que atuam)	Haverá seleção, mediante publicação em edital, para corpo docente e tutores (a distância e presencial)		

2. ESTRUTURA

2.1 – Justificativa

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, Estados-Membros e Municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Com a introdução de um Estado mais forte, porém menor, este reduz seu papel nacional-desenvolvimentista, que vigorou por meio século (ABRUCIO e COUTO, 1996; PINHO e SANTANA, 2001). Dentro da concepção neoliberal, a partir de 1990, a União passa a exercer as “verdadeiras” funções de Estado: regulação e indução. Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização do seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal (CF), há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas.

As políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), respectivamente. Em 2007, este foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos (ABRÚCIO; COUTO, 1996; ABRÚCIO, 2005). Na realidade, até o presente momento muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior, ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública, como sugerem Kissler e Keidemann (2006).

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade de Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto do lado da receita quanto do lado da despesa. Dados do IBGE (2006) mostram que o Poder Público Municipal não estava preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir a legislação relacionada à arrecadação. É razoável afirmar que isso se deve à carência de quadro de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa.

O desenvolvimento de uma sociedade mais justa, com melhor distribuição de renda e permanente geração de empregos, é consequência de uma série de fatores econômicos, sociais e políticos, sendo importantes as práticas de organização e administração do trabalho, adotadas na sociedade, no decorrer de seu processo de desenvolvimento, tanto na área pública quanto na área empresarial. Nesse sentido, o papel reservado aos Cursos de Especialização em Gestão Pública é de grande importância, na medida em que os agentes especialistas egressos (gestores e formuladores de políticas públicas) estarão capacitados a intervirem na realidade social, política e econômica.

Em ambientes onde as mudanças ocorrem permanentemente e em grande velocidade, caracterizados ainda pela escassez de recursos e pelo alto nível de competitividade exigido pela sociedade contemporânea, exige-se que o profissional responsável pela condução das organizações públicas tenha desenvolvido sua criatividade, seu espírito crítico e a sua capacidade de produção de novos conhecimentos.

Aliada a esta “personalidade dinâmica e flexível” – traço essencial na garantia de um bom desempenho do profissional da gestão –, é preciso, ainda, que o Gestor Público desenvolva uma “visão estratégica dos negócios públicos”, o que pode ser obtido a partir do

estudo sistemático e aprofundado das diversas áreas de ação no campo da Administração e da integração destas áreas em termos de conhecimento conceitual e analítico.

Deste modo, independente dos conhecimentos “comportamentais” e “de contexto”, exige-se do Gestor Público, o domínio das principais técnicas gerenciais no campo organizacional, de seus “recursos” humanos, financeiros e de produção e de gestão pública, evidentemente referenciada em um compromisso ético com a construção de uma sociedade justa.

➤ No campo organizacional e de seus recursos, espera-se que o Gestor seja capaz de promover o equilíbrio entre os objetivos organizacionais, suas disponibilidades e os interesses e necessidades dos servidores e sociedade em geral. Para tal, exige-se que o Gestor seja capaz de pensar novas formas de organização (tanto nos seus aspectos estruturais como nos funcionais), compatíveis com um ambiente em que a participação no processo decisório e a crescente responsabilidade das organizações com o desenvolvimento humano parecem constituir-se em condições essenciais para a obtenção de sucesso.

➤ Na área de estudos governamentais, é imprescindível que o Gestor seja capaz de conhecer os processos de formação e desenvolvimento do Estado em sua inserção no processo mais amplo da formação social, bem como a lógica e os procedimentos das ações administrativas governamentais, seja na área financeira e orçamentária, seja no processo de formulação e avaliação de políticas públicas em geral, não apenas de modo a cuidar da “coisa pública” de modo eficiente, mas, também, responsável, permitindo, assim, a manutenção de relações harmônicas entre o setor público, de um lado, e o privado e a sociedade civil organizada, de outro, no âmbito das responsabilidades sociais do Estado.

Para tanto, é preciso que seja dada oportunidade a cidadãos e a estados e prefeituras de todo o Brasil de se capacitarem para o exercício de uma administração pública profissional. E esse projeto se justifica para atender a essa formação.

2.2. Objetivo Geral/Específicos

O curso piloto de graduação em Administração inaugurou, efetivamente, a UAB em 2006. Foi iniciado com a participação de 25 universidades públicas brasileiras – federais e estaduais – com mais de 10.000 estudantes em vários Estados. Isso foi possibilitado com a parceria entre o MEC/SEED, o Banco do Brasil (integrante do Fórum das Estatais pela Educação) e as universidades que aderiram ao projeto.

Os estudantes ingressaram por vestibular atendendo aos requisitos de cada uma das instituições vinculadas ao sistema UAB. O curso, nível bacharelado, com duração de quatro anos e meio, foi organizado em nove módulos semestrais, com carga horária total de 3.000 (três mil) horas. Além de participar dos encontros presenciais, que ocorrem preferencialmente aos sábados, o estudante desenvolve atividades a distância, como o estudo do material didático e trabalhos escritos, estudo de casos, pesquisas, acompanhado por um sistema de tutoria que permite o monitoramento do seu desempenho. Com a supervisão da SEED/MEC e da CAPES, coordenadores das IPES que oferecem o curso piloto, se reúnem (por meio de um Fórum) de três em três meses para avaliar o andamento da experiência, avaliar a modalidade discutir os métodos de ensino e de aprendizado, tomar decisões sobre o material didático e, sobretudo, socializar as experiências para garantir qualidade do curso.

Este Fórum é uma experiência impar no setor público brasileiro, pois coordena uma rede de IPES que atuam colaborativamente na busca de um objetivo comum, ou seja, o ensino público de administração a distância gratuito e de qualidade. Nesse sentido, este projeto de pós-graduação, integrante do Programa PNAP, apresenta os seguintes objetivos:

Objetivo Geral

Contribuir para a qualificação de pessoal de nível superior visando ao exercício de uma administração pública profissional.

Objetivos Específicos:

- a) Capacitar quadros de gestores para atuarem na administração de macro (governo) e micro (unidades organizacionais) sistemas públicos;
- b) Capacitar profissionais com formação adequada a intervirem na realidade social, política e econômica;
- c) Contribuir para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, nos âmbitos federal, estadual e municipal;
- d) Contribuir para que o gestor público desenvolva visão estratégica dos negócios públicos, a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade administrativa do governo ou de suas unidades produtivas.

2.3. Metodologia

As diretrizes do Curso de Especialização em Gestão Pública (Integrante do Programa PNAP) deve oportunizar uma formação que privilegie tanto a dimensão profissional quanto a dimensão política, buscando-se:

- a) Formação ético-humanística que a formação do cidadão requer; e
- b) Formação técnico-científica condizente com as exigências que o mundo do trabalho contemporâneo impõe.

Constituído de um conjunto articulado e normatizado de saberes, o currículo se constrói refletindo as relações estabelecidas num jogo de poder em que se confrontam visões de mundo e onde se produzem, elegem e transmitem representações, narrativas e significados sobre as coisas e seres do mundo (COSTA, 1996).

Há três categorias de princípios que nortearão a estrutura curricular do Programa: epistemológicos, metodológicos e dinamizadores:

1. Princípios epistemológicos: Esses princípios, que devem sustentar a formação e o perfil do profissional de administração, são expressos através de duas dimensões: a) Dimensão epistemológica: que diz respeito à escolha e aos recortes teórico-metodológicos das áreas e disciplinas ligadas às ciências que integram o currículo do curso; e b) Dimensão profissionalizante: que, implicando a primeira, diz respeito aos suportes teórico-práticos que possibilitam uma compreensão do fazer do administrador em todas suas relações sócio-político, cultural e nas perspectivas da moral e da ética. Tendo em vista essas duas dimensões, a estrutura curricular do Programa de Administração Pública sustenta-se em dois módulos de estudos, a saber: Módulo Básico, que se refere aos fundamentos da administração e da administração pública, e Módulos Específicos, contemplando quatro áreas de concentração, abrangendo a esfera pública geral ou municipal, a gestão de organização de saúde pública.

2. Princípios Metodológicos: Tendo presente que a Estrutura Curricular deve incorporar a compreensão de que o próprio currículo e o próprio conhecimento devem ser vistos como construções e produtos de relações sociais particulares e históricas e, ainda, que deve ser orientado numa perspectiva crítica onde ação-reflexão-ação se coloquem como atitude que possibilite ultrapassar o conhecimento de senso comum, três conceitos são escolhidos para servir não só de elo entre as diferentes áreas e os diferentes núcleos de conhecimento, mas também de fio condutor para base metodológica do curso, a saber:

- a) Historicidade: é vista como característica das ciências. Através desse conceito, espera-se

que o estudante perceba que o conhecimento se desenvolve, é construído, num determinado contexto 20 histórico/social/cultural/ e, por isso mesmo, está sujeito às suas determinações. O desenvolvimento do conhecimento, por ser processual, não possui a limitação de início e fim, consubstanciando-se num continuum em que avanços e retrocessos se determinam e são determinados pelas condições histórico-culturais em que as ciências são construídas;

b) Construção: é outro conceito que perpassa todas as áreas e núcleos de conhecimento do curso, para que o estudante reforce sua compreensão de que, se os conhecimentos são históricos e determinados, eles são resultados de um processo de construção que se estabelece no e do conjunto de relações homem/homem, homem/natureza e homem/cultura. Essas relações, por serem construídas num contexto histórico e culturalmente determinadas, jamais serão lineares e homogêneas e que ele, estudante deve se imbuir do firme propósito de transformar-se num profissional que não só aplica conhecimentos, mas também que produz conhecimentos;

c) Diversidade: é importante que o estudante compreenda como as diferentes abordagens determinam posicionamentos políticos na ação administrativa.

3. Princípios Dinamizadores: Os princípios dinamizadores do currículo do curso são decorrentes não só das abordagens epistemológica e metodológica do curso, mas também do fato de que os estudantes terão uma abordagem teórico-prática dos conteúdos trabalhados. A adoção desse princípio implica uma dinâmica curricular que torne o vivido pensado e o pensado vivido, com a incorporação, no processo de formação acadêmica, da experiência profissional ou das práticas vividas pelos estudantes, a dialeticidade entre o desenvolvimento teórico das disciplinas e sua construção pela prática. Sendo assim, a reflexão teórica e a prática estarão presentes de forma dialetizada na experiência da formação profissional. Essa direção metodológica implica inter-relações epistemológicas, em que a construção integradora do conhecimento põe-se como princípio também fundamental no desenvolvimento do curso, buscando-se o reconhecimento da autonomia relativa de cada área de conhecimento e a necessária dialogicidade na busca do conhecimento da realidade educacional.

Como o Programa será desenvolvido na modalidade a distância, outros princípios se colocam como fundamentais na construção curricular: interação, autonomia, trabalho cooperativo, inter e transdisciplinaridade, investigação, relação teoria e prática, flexibilidade e dialogicidade.

O curso é organizado na modalidade a distância (não presencial) e presencial, porém todas as disciplinas serão virtuais. As disciplinas e todas as atividades do curso serão planejadas e conduzidas a fim de promover integração entre os estudantes, buscando a troca de experiências e conhecimentos entre todos os envolvidos – professores, alunos e tutores - tornando o ambiente voltado para a aprendizagem colaborativa.

O curso será desenvolvido envolvendo dois momentos essenciais:

Momentos não presenciais:

As disciplinas serão oferecidas na modalidade a distância, utilizando-se o Ambiente Virtual de Aprendizagem. Para dar suporte ao processo ensino-aprendizagem, será adotado o modelo de tutoria, no qual os participantes são estimulados pelos professores e tutores a interagirem por meio das ferramentas de comunicação disponíveis no ambiente virtual (AVA), plataforma *Moodle*, tais como *chats*, fóruns, seminários, webconferência, atendimento virtual, dentre outros. As aulas cursadas virtualmente permanecerão disponíveis no ambiente durante todo o curso, com a finalidade de oferecer suporte a consultas posteriores.

Momentos presenciais:

O acompanhamento das ações estudantis também é feito na modalidade

presencial, com a mediação do tutor presencial. Esses momentos, em presença, serão realizados nos polos de apoio presencial, que devem garantir espaços equipados de forma que permitam a interação. Também poderá ser utilizada a vídeo conferência ou web conferência com os professores ou tutores a distância. É o espaço propício também para que o estudante possa realizar encontros presenciais com o professor responsável pela disciplina ou com o tutor presencial, estudos em grupo, estudos individuais, atividades práticas, debates, avaliações presenciais das disciplinas e institucionais. Esse encontro deve se configurar no espaço em que se promovam ações que visem à discussão de conteúdos das disciplinas e à orientação de trabalhos.

Ressalte-se que os polos configuram-se no espaço acadêmico em que se estabelecem e mantêm o vínculo dos estudantes com a universidade e que serão utilizados ao longo do processo ensino-aprendizagem.

Material didático:

O material didático do curso, no âmbito da proposta curricular dessa especialização em Gestão Pública Municipal, configura-se como um dos dinamizadores da construção curricular e também como um balizador metodológico. Os professores da UNEMAT/selecionados poderão utilizar materiais já produzidos por instituições parceiras do Sistema UAB em acordos pré-definidos ou produção própria dos professores conteudistas da modalidade a Distância, ou ainda, poderão, a partir de sua área de conhecimento, responsabilizar-se pela concepção e produção de material didático para o Curso.

No caso de produção própria, a direção da DEAD juntamente com o coordenador de curso, poderá convidar professores para elaboração do material da disciplina. Nesse caso, os professores definirão os conteúdos a serem trabalhados, a linguagem a ser utilizada, a estrutura do texto a ser construído, e contará com a equipe multidisciplinar como apoio pedagógico e da equipe de tecnologia para a produção do design gráfico e demais passos necessários. Assim, o material ganhará unidade conceitual e didática, com a identidade da UNEMAT. Cada material deverá conter os conteúdos básicos para cada disciplina, atividades para avaliar, a compreensão do que foi estudado e textos para leituras complementares selecionados pelos professores.

Poderá ser produzida web aulas sobre os conteúdos e disponibilizados para os alunos. Estas poderão ser assistidas online e também ser baixadas (download) para os mais diversos suportes midiáticos, como por exemplo, CD/DVDs. Todos os atores da estrutura pedagógica de EAD têm como função básica assistir ao estudante, acompanhá-lo e motivá-lo ao aprendizado.

Por fim, o material didático utilizado em cada disciplina do curso compreenderá diversas mídias, conforme a especificidade da disciplina, a ser definida pelo professor.

Organização das disciplinas do curso:

As disciplinas serão distribuídas em três fases/etapas/semestres. A primeira e segunda fases/etapas/semestres contemplarão um conjunto 7 disciplinas, respectivamente. A terceira fase ficará com duas disciplinas, sendo uma a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso.

2.4. Avaliação

A avaliação da aprendizagem do aluno será realizada de forma contínua, a partir da realização das atividades e das interações propostas no ambiente virtual e dos momentos presenciais, utilizando procedimentos e instrumentos adequados à proposta pedagógica

desse curso.

O estudante será avaliado em três situações distintas:

- durante a oferta das disciplinas, na plataforma *moodle*/AVA, com a participação virtual, por meio de atividades planejadas para o desenvolvimento da disciplina;
- durante os encontros presenciais, realizados no polo;
- ao final do curso, com a elaboração e apresentação do TCC.

A avaliação poderá se dar por meio de atividades avaliativas em grupo ou individualmente, realizadas no decorrer de cada disciplina, de acordo com a sua natureza e seus objetivos, tais como:

- avaliação proposta na plataforma (a distância)
- avaliação presencial
- participação em fóruns avaliativos no AVA
- apresentação de seminários
- elaboração de projetos
- elaboração de artigos científicos
- elaboração e apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

No contexto da EaD o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por este motivo, faz-se necessário desenvolver método de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e com os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
- desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

Nesse sentido, a relação teoria-prática coloca-se como imperativo no tratamento dos conteúdos selecionados para o curso de Gestão Pública Municipal e a relação intersubjetiva e dialógica entre professor-estudante, mediada por textos, é fundamental.

O que interessa, portanto, no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que, possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da Administração Pública.

Por isso, é importante desencadear processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não só o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

Com este olhar em relação ao percurso dos alunos, é que os tutores e os professores formadores deverão estar atentos para observar e fazer o registro dos seguintes aspectos: a produção escrita do estudante, seu método de estudo, sua participação nos Encontros Presenciais, nos fóruns e nos bate-papos; se ele está acompanhando e compreendendo o conteúdo proposto em cada uma das disciplinas, se é capaz de posicionamentos crítico-reflexivos frente às abordagens trabalhadas e frente à sua prática profissional (dimensão cognitiva) e na realização de estudos de caso e de pesquisa, a partir de proposições temáticas relacionadas ao seu campo de formação profissional, entre outros fatores.

Por fim, a participação do aluno no curso será observada também por meio do acompanhamento do acesso à plataforma *moodle*/AVA e, também, pela verificação da produção das tarefas desenvolvidas no ambiente virtual de aprendizagem.

Ao final do curso, o aluno será considerado aprovado se:

- obtiver aproveitamento mínimo de 70% (setenta por cento), aferido na media das atividades de avaliação, em cada disciplina;
- for aprovado no trabalho de conclusão do curso, com aproveitamento mínimo de 7,0 pontos de média.

Trabalho de Conclusão de Curso:

O Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) é componente curricular obrigatório para a obtenção do título de Especialista. Corresponde a uma produção acadêmica que expresse as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como os conhecimentos adquiridos durante o curso.

Para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, o aluno terá momentos de orientação e um semestre letivo destinado à elaboração da produção acadêmica. O aluno será orientado pelo docente orientador e pelos tutores da disciplina de TCC.

A avaliação do TCC será realizada tanto durante a elaboração, pelo docente e pelos tutores, como na apresentação ao final do curso.

2.5. Recursos

Na educação à distância são utilizados instrumentos e objetos de aprendizagens projetados para possibilitar a melhor interação dos alunos com os professores, com os tutores e como consequência, com os conhecimentos multidisciplinares da Tecnologia de Informação, dos professores autores e da estrutura de apoio ao aluno. A linguagem escrita é a ferramenta mais utilizada para o diálogo ou interação entre educando e educadores. Assim, para a operacionalização deste projeto pedagógico serão utilizados:

a) Os textos e livro-texto: Textos de apoio ao estudo, por disciplina, organizados pelos integrantes da equipe, e ou materiais confeccionados por outras IES disponibilizados no SISUAB.

b) Textos complementares: No decorrer do curso poderão ser adquiridos novos livros, conforme as sugestões dos professores que serão disponibilizados na biblioteca dos polos de apoio presencial. Serão indicados artigos de periódicos especializados, artigos de revistas e jornais, obras clássicas, virtuais para contribuir com acervo de instrumentos para o aprofundamento dos conhecimentos e discussões.

c) Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA): Para comunicação entre os sujeitos e a disponibilização de materiais necessários ao desenvolvimento das disciplinas e TCC. A Internet será nesse curso, um dos principais veículos de comunicação. Por meio do ambiente virtual de aprendizagem têm-se várias ferramentas de interação que podem ser utilizadas conforme a dinâmica de cada disciplina. Para o desenvolvimento do curso, a comunicação e troca de informações poderá ser realizada por meio do *Moodle*, uma plataforma de ambiente de aprendizagem a distância. Nesta plataforma conta-se com ferramentas que permitem a interação via online, chats, além de vários recursos para publicação de textos e de exercícios para os alunos. Além desses recursos, será utilizada a ferramenta chamada web conferência, para a comunicação entre professores, tutores e alunos, apresentação de trabalhos e desenvolvimento das disciplinas. Os meios didáticos que darão suporte a essa metodologia serão: micro-computador, TV, vídeo, retroprojetor, CD, DVD, data show, home theater, pendrive, lousa branca, etc. Os fóruns de discussão, contato assíncrono, onde serão postadas as atividades de discussão: tirar dúvidas e interação entre colegas, professores e tutores. A disponibilização de material digitalizado, proposição de atividades, sugestão de leituras que serão disponibilizadas nas ferramentas específicas da plataforma. Além disso, serão utilizados os e-mails no AVA. O uso dos ambientes virtuais para divulgação e troca de informações, como a forma e as normas para o desenvolvimento das aulas virtuais e dos fóruns de discussões serão devidamente normatizados e planejados pelo Colegiado de Curso e divulgado junto aos alunos, no

primeiro momento do curso. Enfim, esses momentos irão possibilitar ao aluno uma experiência ampliada de participação, de discussões e de reflexões interdisciplinares sobre as temáticas educacionais.

d) Sistema de Tutoria: A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilita a ressignificação da educação a distância, por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espaço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre aluno e tutor deve ser único. O tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas, as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo. Na fase de planejamento, o tutor pode participar da discussão com os professores formadores, a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e avaliação da aprendizagem. No desenvolvimento do curso, o tutor deve se responsabilizar pelo acompanhamento e avaliação do percurso de cada aluno.

Por fim, a educação a distância, como a que oferecemos, não prescinde da organização do polo de apoio presencial. O polo presencial é de suma importância para o sucesso do curso, pois ele será o contato físico do aluno, enriquecendo o processo de ensino e aprendizado. Esses Polos oferecem a infraestrutura de atendimento e estudo necessário ao aluno. Nos polos os alunos contarão com:

- salas de estudo;
- computadores conectados à internet e multimeios e videoconferências disponíveis
- laboratórios didáticos,
- biblioteca,
- recursos audiovisuais
- Tutoria presencial semanal, para esclarecimento de dúvidas;
- Tutoria à distância, através de videoconferência, Internet (em sala de Informática devidamente equipada) ou mesmo telefone e encontros presenciais.

3. QUADRO DE DISCIPLINAS

Modulo Básico		
Ordem	Disciplinas	Carga horária
1	Metodologia de Estudo e Pesquisa em Administração	30
2	Estado, Governo e Mercado	30
3	Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro	30
4	O Público e o Privado na Gestão Pública	30
5	Políticas Públicas	30
6	Planejamento Estratégico Governamental	30
7	O Estado e os Problemas Contemporâneos	30
8	Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública	30
	Total da carga horária	240 horas

Módulo Específico		
Ordem	Disciplinas	Carga horária
1	Plano Diretor e Gestão Urbana	30
2	Gestão Tributária	30
3	Redes Públicas de Cooperação Local	30
4	Gestão Democrática Participativa	30
5	Gestão Logística	30
6	Elaboração e Avaliação de Projetos	30
7	Processos Administrativos	30
8	Trabalho de Conclusão de Curso	30
	Carga Horária	240 horas

3.1 QUADRO DE DISCIPLINAS					
Módulo	Disciplina	CH (h/a)	Docente (com titulação à frente do nome)	IES	Período de Execução
1º eixo Módulo Básico	Estado, Governo e Mercado	30h	Docente a ser selecionado via edital	-	2017/2
1º eixo Módulo Básico	O Público e o Privado na Gestão Pública	30	Docente a ser selecionado via edital	-	2017/2
1º eixo Módulo Básico	Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro	30	Docente a ser selecionado via edital	-	2017/2
1º eixo – Módulo Básico	O Estado e os Problemas Contemporâneos	30	Docente a ser selecionado via edital	-	2017/2
1º eixo - módulo específico	Plano Diretor e Gestão Urbana	30	Docente a ser selecionado via edital	-	2017/2
1º eixo - módulo específico	Redes Públicas de Cooperação Local	30	Docente a ser selecionado via edital	-	2017/2
1º eixo – módulo específico	Processos Administrativos	30	Docente a ser selecionado via edital	-	2017/2
2º eixo – Módulo Básico	Políticas Públicas	30	Docente a ser selecionado via edital	-	2018/1
2º eixo – Módulo Básico	Planejamento Estratégico Governamental	30	Docente a ser selecionado via edital	-	2018/1
2º eixo – Módulo Básico	Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública	30	Docente a ser selecionado via edital	-	2018/1
2º eixo - módulo Básico	Metodologia de Estudo e Pesquisa em Administração	30	Docente a ser selecionado via edital	-	2018/1
2º eixo - módulo específico	Gestão Tributária	30	Docente a ser selecionado via edital	-	2018/1
2º eixo - módulo específico	Gestão Democrática Participativa	30	Docente a ser selecionado via edital	-	2018/1
2º eixo - módulo específico	Gestão Logística	30	Docente a ser selecionado via edital	-	2018/1
3º eixo - módulo específico	Elaboração e Avaliação de Projetos	30	Docente a ser selecionado via edital	-	2018/2
3º eixo - módulo específico	Trabalho de Conclusão de Curso	30	Docente a ser selecionado via edital	-	2018/2
Carga horária total do curso		480			

4. FICHA DE DISCIPLINAS

Módulo Inicial

Estado, Governo e Mercado	CH Presencial	CH* não presencial	CH Total
Docente a ser selecionado via edital	-	30	30

Ementa

Conceitos Básicos. A Dinâmica Pendular das Relações entre Estado e Mercado. Duas Matrizes Teóricas para a Interpretação das Relações entre Estado e Mercado: a liberal e a marxista. A Formação da Matriz do Pensamento Liberal. A Matriz Marxista. As Mudanças nas Sociedades Capitalistas no Final do Século XIX e seus Impactos sobre as Matrizes Marxista e Liberal. O Estado Liberal. O Estado Socialista. O Estado de Bem-Estar Social. O Estado Neoliberal.

Conteúdo Programático

Relação entre estado e mercado
Capitalismo, socialismo e comunismo
Sociedades capitalistas do século XIX ao XXI
Estado e bem estar social
Estado e capital

Bibliografia Básica:

COELHO, Ricardo Corrêa. Estado, governo e mercado. 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2014.
LEITE JÚNIOR, Alcides. **Brasil**: a trajetória de um país forte. São Paulo: Trevisan, 2009.
WEFFORT, Francisco (Org.) **Os Clássicos da Política**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1996. 2 v.

Módulo Inicial			
O Público e o Privado na Gestão Pública	CH Presencial	CH* não presencial	CH Total
Docente a ser selecionado via edital	-	30	30
<p>Ementa A Dicotomia Público/Privado. As Prerrogativas do Poder Público sobre os Agentes Privados. O Estado e o Servidor Público. Os Cinco Princípios Orientadores da Administração Pública. O Público e o Privado e a Emergência do Terceiro Setor.</p>			
<p>Conteúdo Programático A dicotomia público-privado. Os princípios norteadores do serviço público. O servidor como agente da ação do Estado. As diversas organizações do terceiro setor e suas especificidades. Globalização e neoliberalismo: desregulamentação, privatizações e abertura dos mercados de bens e de capitais. Reorientação do papel do estado: da produção à regulação de bens e serviços. Defesa do interesse público na competição globalizada: Estado e agentes econômicos privados internacionais.</p>			
<p>Bibliografia Básica BRESSER-PEREIRA, L. C.; GRAU N. C. (Org.). O Público Não-Estatal na Reforma do Estado. Rio de Janeiro: FGV, 1999. COELHO, Ricardo Corrêa. O público e o privado na gestão pública. 3. ed. rev. atual. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2014. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.</p>			
<p>Bibliografia Complementar: ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. ALTHUSSER, L. Aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1989. BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. FIORI, José Luis. Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995. SAES, Décio. A política neoliberal e o campo político conservador no Brasil atual. In: República do capital – capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo, Bomtempo, 1998. WEBER, Max. Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 1994.</p>			

Módulo Básico			
Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro	CH Presencial	CH* não presencial	CH Total
Docente a ser selecionado via edital	-	30	30
Ementa O Setor Público e a República Velha (1889–1930). A Era Vargas. O Estado Desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek. O Regime Militar e as Reformas de Estado. A Eleição de Tancredo Neves e o Governo Sarney. Os Governos Collor e Itamar Franco. O Primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso. O Segundo Governo Fernando Henrique Cardoso. O Primeiro Governo Lula. O Segundo Governo Lula.			
Conteúdo Programático Processos colonizatórios e formação da sociedade brasileira. Organização republicana de estado. Estado desenvolvimentista Regime militar e funcionamento da sociedade brasileira Relação entre os três poderes na formação e organização do estado brasileiro. Eleição no Brasil sua relação com os processos midiáticos Governos eleitos			
Bibliografia Básica: GIAMBIAGI, Fábio et al. Economia Brasileira Contemporânea. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. FERLIE, Ewan et al. A nova administração pública em ação. Tradução de Sara Rejane de Freitas Oliveira. Brasília: UnB/Enap, 1999. LEITE JÚNIOR, Alcides Domingues. Desenvolvimento e mudanças no estado brasileiro. 3. ed. rev. atual. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2014.			
Bibliografia Complementar: SANTOS, Wanderley G. Cidadania e justiça. Rio de Janeiro: Campus, 1979.			

Módulo Básico			
Políticas Públicas	CH Presencial	CH* não presencial	CH Total
Docente a ser selecionado via edital	-	30	30
<p>Ementa Políticas Públicas: conceitos básicos. Análise de Políticas Públicas. Formação da Agenda de Políticas Públicas. As Arenas Políticas e o Comportamento dos Atores. Modelos de Análise do Processo de Decisão Política. Implementação de Políticas Públicas. Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas. Regularidades das Políticas Públicas no Brasil.</p>			
<p>Conteúdo Programático As principais abordagens na análise de políticas públicas e o modelo sistêmico; A concepção do “ciclo da política”. Experiências inovadoras que criam novas esferas públicas de negociação e de participação popular: conselhos, redes, parcerias e novos arranjos institucionais no nível local de governo. A formação de agenda de políticas públicas, tipos de demandas. Modelos de análise do processo decisório: racional, organizacional e modelo da política burocrática; A lógica do processo decisório: racional-compreensiva, incremental e mixed-scanning; Novos papéis e responsabilidades dos entes federativos nas políticas públicas. A análise de políticas públicas e seus problemas; as mudanças na legislação e nas instituições de políticas sociais no Brasil. Articulação e implementação nas dimensões locais e globais e os alcances e limites dos governos municipais.</p>			
<p>Bibliografia Básica: ARRETCHE, Marta T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. In: Rev. bras. Ci. Soc., Jun. 1999, vol.14, n. 40, p.111-141. COTTA, Tereza Cristina. Metodologia de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. In: Revista do Serviço Público, n. 2, abr-jun 1998. FAGNANI, Eduardo. Política Social e Pactos Conservadores no Brasil: 1964-1992. In: Cadernos GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. In: Revista Planejamento e Políticas Públicas. Brasília: IPEA, n. 23, jun., 2001. VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. In: Revista de Administração Pública, vol. 30, n. 2, mar-abr 1996, p. 5-43. RUA, Maria das Graças. Políticas públicas. 3. ed. rev. atua. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2014. SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. Políticas Públicas. Brasília: ENAP, 2006. 1-2 v. Coletânea</p>			
<p>Bibliografia Complementar: CAVALCANTI, Paula Arcoverde. Sistematizando e comparando os Enfoques de Avaliação e Análise de Políticas Públicas: uma contribuição para a área educacional. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2007. FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes á prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: Revista de Sociologia e Política, v.17, n.15, nov, 2000.</p>			

Módulo Básico			
Planejamento Estratégico Governamental	CH Presencial	CH* não presencial	CH Total
Docente a ser selecionado via edital	-	30	30
<p>Ementa Um Breve Histórico do Planejamento. O Contexto Sociopolítico em que se Deve Inserir o Planejamento Estratégico Governamental. A Construção do “Estado Necessário” e o Planejamento Estratégico Governamental. O Contexto Disciplinar da Administração Pública. A Ciência Política e a Supervalorização do Político. A Administração Pública e a Subvalorização do Conflito. A Concepção Ingênua do Estado Neutro. Os Enfoques da Análise de Política e o Planejamento Estratégico Situacional como Fundamentos do Planejamento Estratégico Governamental. O Enfoque da Análise de Política. O enfoque do Planejamento Estratégico Situacional. Agir Estratégico. Os Momentos da Gestão Estratégica. A Análise de Governabilidade – o Triângulo de Governo. A Situação-Problema como Objeto do Planejamento Estratégico Governamental. O Fluxograma Explicativo da Situação. Uma Visão Preliminar do Resultado. Planejar por Situações-Problema. Operações. Matriz Operacional. Gestão do Plano. Focos de Debilidade de um Plano. Componentes de um Sistema de Planejamento Estratégico Governamental.</p> <p>Conteúdo Programático Problemas de cunho socioeconômico, como os relacionados à distribuição de renda e riqueza; à geração de trabalho e renda; à inclusão social; à realização de reformas; ao aumento da transparência e da participação popular. Trajetórias das políticas públicas concernentes a resolução ou não desses problemas. Definição e tipologia de planejamento estratégico. Etapas do processo de planejamento. Influências e resultados do planejamento na e sobre a sociedade. Critérios para avaliação de projetos e do plano plurianual.</p>			

Bibliografia Básica:

- ALMEIDA, Paulo R. A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica. 2004. Mimeografado. Disponível em: <<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1277HistorPlanejBrasil.pdf>>. Acesso em: 3 out. 2012.
- CRISTO, Carlos Manuel Pedroso Neves. Prospectiva estratégica: instrumento para a construção do futuro e para a elaboração de políticas públicas. Revista do Serviço Público, ano 54, n. 1, jan. mar. 2003.
- DAGNINO, Renato Peixoto. Planejamento estratégico governamental. 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES : UAB, 2014.
- ETKIN, Jorge. Política, gobierno y gerencia de las organizaciones. Buenos Aires: Prentice Hall, 2000.
- FISCHMANN, Adalberto A.; ALMEIDA, Martinho I. R. de. Planejamento estratégico na prática. São Paulo: Atlas, 1995.
- LIMA, Blanca Olias de (Coord.). La nueva gestión pública. Madrid: Pearson Educación S. A., 2001.
- MATUS, Carlos. O método PES. São Paulo: Fundap, 1995, p. 51–100.
- _____. Adeus senhor presidente: governantes governados. São Paulo: Fundap, 1996. p. 19–70.
- MINTZEMBERG, Henry; JAN, Jorgensen. Una estrategia Emergente para la Política Pública. Gestión y Política Pública, México IV, n. 1, primer semestre 1995.
- MINTZEMBERG, Henry. Safári de estratégia. São Paulo: Bookman, 1999.
- _____. Ascensão e queda do planejamento estratégico. São Paulo, Bookman, 2004. p. 183–256.
- OLIVEIRA, Djalma de P. R. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia, práticas. São Paulo: Atlas, 1988.

Bibliografia Complementar:

- MATUS, Carlos. Política planejamento e governo. Brasília: IPEA, 1996.
- OLIVEIRA, José A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. In: RAP, Rio de Janeiro, n. 40, v. 1, p. 273-88, mar/abr, 2006.
- OLIVEIRA, Djalma de P. R. Planejamento Estratégico: conceitos, metodologia, práticas. SP: Atlas, 1988.

Módulo Básico			
O Estado e os Problemas Contemporâneos	CH Presencial	CH* não presencial	CH Total
Docente a ser selecionado via edital	-	30	30
<p>Ementa Pobreza, Desigualdade, Exclusão e Cidadania: correlações, interseções e oposições. A Proteção Social Promovida pelo Estado: histórico e mais alguns conceitos relevantes. Bases Econômicas do Estado de Bem-Estar Social: keynesianismo e fordismo. Educação. Saúde. Assistência Social e Segurança Alimentar. Políticas Públicas de Trabalho e Geração de Renda.</p>			
<p>Conteúdo Programático Problemas de distribuição de renda e riqueza; Geração de trabalho e renda; Inclusão social; Necessidade de reformas; Transparência e da participação popular.</p>			
<p>Bibliografia Básica: ITUASSU Arthur; ALMEIDA Rodrigo (Org.). O Brasil tem jeito? Educação, saúde, justiça e segurança. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. 2 v. KLIKSBURG, Bernardo. Falácias e mitos do desenvolvimento social. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001. p. 69–103. SANTOS, Maria Paula Gomes dos. O Estado e os problemas contemporâneos. 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014.</p> <p>Bibliografia Complementar: BRESSER-PEREIRA Luiz C. Do estado patrimonial ao gerencial. In: Pinheiro, Wilhelm e Sachs (Org.). Brasil: Um Século de transformações. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. p. 222-259. INSTITUTO DNA BRASIL. 50 brasileiros para pensar a vocação do país. São Paulo: Instituto DNA Brasil, 2005. Klikberg, Bernardo. Falácias e mitos do desenvolvimento social. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001. Cap. 3 “Como reformar o estado para enfrentar os desafios sociais do século XXI?”, p. 69-103.</p>			

Módulo Básico			
Indicadores socioeconômicos na Gestão Pública	CH Presencial	CH* não presencial	CH Total
Docente a ser selecionado via edital	-	30	30
<p>Ementa Uma Breve Caracterização Histórica. Indicadores Sociais: do conceito às medidas. Indicadores e os Diagnósticos Socioeconômicos. Principais Produtores de Dados e Indicadores no Brasil. Principais Pesquisas Amostrais e Institucionais do IBGE. Registros Administrativos, Cadastros Públicos e Dados de Programas. Dados e Indicadores Econômicos. Principais Boletins de Conjuntura. Principais Pesquisas Econômicas do IBGE.</p>			
<p>Conteúdo Programático Introdução histórica; Indicadores Sociais: do conceito às medidas; Indicadores e os diagnósticos socioeconômicos; Principais Pesquisas e Fontes de Dados e de Indicadores Sociais; Principais produtores de dados e indicadores no Brasil; Os Censos Demográficos; As Pesquisas Amostrais e Institucionais do IBGE; Registros Administrativos, Cadastros Públicos e Dados de Programas; Introdução às fontes de dados e indicadores econômicos; Dados e Indicadores Econômicos; Principais boletins de conjuntura; Principais pesquisas econômicas do IBGE.</p>			
<p>Bibliografia Básica: FEIJÓ, C. et al. Para entender a conjuntura econômica. Barueri: Manole, 2008. p. 1–60. JANNUZZI, Paulo M. Indicadores Sociais: conceitos básicos para uso na avaliação e formulação de políticas. Campinas: Alínea, 2001. p. 11–63. JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores socioeconômicos na gestão pública. 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES : UAB, 2014.</p> <p>Bibliografia Complementar: CARDOSO, Regina L. S. Elaboração de indicadores de desempenho institucional e organizacional no setor público. São Paulo: CEPAM, 1999. CARLEY, Michael. Indicadores sociais: teoria e prática. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. M. IDH – Indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. Revista Brasileira. Est. Urbanos e Regionais, Salvador, 7 (1):73-89, 2005. _____; CAVATI SOBRINHO, H. Informação econômica no Sistema Estatístico Brasileiro. Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 15, n. 1, p. 75-90, 2005. SANTAGADA, S. Indicadores sociais: uma primeira abordagem histórica. Pensamento Plural, Pelotas [01]: 113-142, julho/dezembro, 2007.</p>			

Módulo Básico			
Metodologia de Estudo e Pesquisa em Administração	CH Presencial	CH* não presencial	CH Total
Docente a ser selecionado via edital		30	30
<p>Ementa A Universidade como Universo de Conhecimento. O Estudo na Universidade. Processo de Leitura. Técnicas de Leitura. A Ciência e os Diferentes Tipos de Conhecimentos. As Ciências Sociais e suas Especificidades. Método e Metodologia. O que é Pesquisa? A Primeira Grande Divisão. O Método e a Forma de Abordar o Problema. Quanto aos Objetivos da Pesquisa. Quanto aos Procedimentos Adotados na Coleta de Dados. O Processo de Pesquisa. Etapas da Pesquisa Científica. Instrumentos e Técnicas de Coleta e Análise de Dados. Os Trabalhos Científicos. Trabalho de Conclusão de Curso. Artigo Científico.</p>			
<p>Conteúdo Programático</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ciência e conhecimento científico; - Método científico; - Ética e rigor na pesquisa; - Paradigmas e técnicas de pesquisa; - Fontes da pesquisa – pesquisa na educação; - Busca em bibliotecas digitais; - Diretrizes para a elaboração de projeto de pesquisa; - Ferramentas digitais para a elaboração e a formatação de textos científicos; - Técnicas de registro de leituras (fichamentos, resumos, resenhas); - Elaboração de citações e referências. 			
<p>Bibliografia Básica: BIROCHI, Renê. Metodologia de estudo e de pesquisa em administração. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2015. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007. RICHARDSON, Roberto Jarry et al. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.</p>			
<p>Bibliografia Complementar: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 6022:2003: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa; _____. ABNT NBR 6023:2002: informação e documentação: referências: elaboração; _____. ABNT NBR 6028:2003: resumos: procedimentos; _____. ABNT NBR 10520:2002: informação e documentação: apresentação de citações em documentos; _____. ABNT NBR 10719:2011: informação e documentação: relatório técnico e/ou científico: apresentação; _____. ABNT NBR 14724:2011: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação; _____. ABNT NBR 15287:2011: informação e documentação: projeto de pesquisa: apresentação CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos. Porto Alegre: Artmed, 2007. FAZENDA, Ivani. (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1989. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.</p>			

Módulo Específico			
Plano Diretor e Gestão Urbana	CH Presencial	CH* não presencial	CH Total
Docente a ser selecionado via edital		30	30
<p>Ementa Introdução ao Planejamento: para que planejar as cidades? Histórico do planejamento no Brasil: expressão territorial da desigualdade. O quadro urbano atual. O novo marco legal e instrumentos para planejar os municípios com participação popular: Constituição Federal, o Estatuto da Cidade, Resoluções do Conselho das Cidades. Constituição Estadual e Lei Orgânica Municipal. Planejamento participativo: construir cidades melhores e mais justas. Plano Diretor: a obrigatoriedade do Plano Diretor para os municípios; O que é um Plano Diretor; Conteúdo e processo de elaboração do Plano Diretor Participativo; Responsabilidade do Poder Público e da Sociedade Civil. Implementação do Plano Diretor: divulgação, aplicabilidade, a reorganização interna da prefeitura. Gestão integrada e participativa do plano: monitoramento e revisão do Plano Diretor.</p>			
<p>Conteúdo Programático Histórico do planejamento no Brasil: expressão territorial da desigualdade. O quadro urbano atual. O novo marco legal e instrumentos para planejar os municípios com participação popular. Planejamento participativo. Constituição Federal, o Estatuto da Cidade, Resoluções do Conselho das Cidades. Constituição Estadual e Lei Orgânica Municipal. A obrigatoriedade do Plano Diretor para os municípios. Plano Diretor: Conteúdo e Processo de elaboração do Plano Diretor Participativo. Responsabilidade do Poder Público e da Sociedade Civil. I Implementação do Plano Diretor: Divulgação, Aplicabilidade, a reorganização interna da prefeitura. Gestão integrada e participativa do plano: monitoramento e Revisão do Plano Diretor.</p>			

Bibliografia Básica:

PINHEIRO, Otilie Macedo (Coord.). Acesso à terra urbanizada: implementação de planos diretores e regularização fundiária plena. Florianópolis: UFSC; Brasília: Ministério das Cidades, 2008.
PINHEIRO, Otilie Macedo. Plano diretor e gestão urbana. 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2014.
ROLNIK, Raquel. O que é a cidade. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. (Primeiros Passos)

Bibliografia Complementar:

ESTATUTO DA CIDADE. Disponível em: <http://www.estatutodacidade.org.br/>. Acesso em: 06 nov. 2016
GONDIM, Linda (Org.). Plano diretor e o município: novos tempos, novas práticas. Rio de Janeiro: IBAM, 1990.
MARICATO, Ermínia. “Sociedades Desiguais, cidades desiguais”. In: BRASIL, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, Vozes, 2001.
RIBEIRO, L. C. Q.; CARDOSO, A. L. Plano diretor e a gestão democrática da cidade. In: Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2003.
ROLNIK, Raquel et al. Estatuto da cidade : guia para implementação pelos municípios e cidadãos. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.
ROLNIK, Raquel; CYMBALISTA Renato; NAKANO, Kazuo. Solo urbano e habitação de interesse social: a questão fundiária na política habitacional e urbana do país. São Paulo: Pólis. 2009.
ROLNIK, Raquel; PINHEIRO, Otilie (Orgs). Plano diretor participativo: guia para elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília: Ministério das Cidades; Confea, 2005.
SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a cidade : uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanos. Marcelo Lopes de Souza. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2002.
VILLAÇA, F. Dilemas do plano diretor. In: O município no século XXI: cenários e perspectivas. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM, 1999.

Módulo Específico			
Gestão Tributária	CH Presencial	CH* não presencial	CH Total
Docente a ser selecionado via edital		30	30
<p>Ementa Tributo: conceito e espécies. O sistema tributário e os princípios constitucionais. Lei Complementar e normas de Direito Tributário. Vigência, aplicação e interpretação. Obrigação tributária. A regra matriz de incidência tributária. Lançamento tributário. Responsabilidade tributária. Imunidade. Isenção, anistia e remissão. Infrações, sanções e crimes tributários. Tributos em espécie: IPTU, ISS, ITBI, TFE, TFA, TRSD, TRSS, FISLURB, taxas de polícia diversas, contribuição de melhoria, contribuição para custeio de iluminação pública. Processo administrativo e judicial tributário. O sistema de gestão tributária do município. Sistema de tecnologia de informação e comunicação (TIC). Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Cadastramento de contribuintes. Atualização cadastral. Planejamento da ação fiscal. Emissão de autos de infração e a gestão de recursos administrativos. Acompanhamento e controle da receita própria municipal.</p>			
<p>Conteúdo Programático Tributo: conceito e espécies. Lei Complementar e normas de Direito Tributário. Vigência, aplicação e interpretação. Imunidade. Isenção, anistia e remissão. Infrações, sanções e crimes tributários. Tributos em espécie: IPTU, ISS, ITBI, TFE, TFA, TRSD, TRSS, FISLURB, taxas de polícia diversas, contribuição de melhoria, contribuição para custeio de iluminação pública. Cadastramento de contribuintes. Atualização cadastral. Planejamento da ação fiscal. Emissão de autos de infração e a gestão de recursos administrativos.</p>			
<p>Bibliografia Básica: ABRANTES, Luiz Antônio; FERREIRA, Marco Aurélio Marques. Gestão tributária. 3. ed. rev. ampl. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014. HARADA, Kiyoshi. Direito tributário municipal: sistema tributário municipal. São Paulo: Atlas, 2005. JUND, Sérgio. Administração, Orçamento e Contabilidade Pública. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.</p>			
<p>Bibliografia Complementar: BULGARELLI, W. Sociedades comerciais. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2000. CARVALHO, Fábio Junqueira; MURGEL, Maria Isabel. Mini Reforma Tributária: reflexões sobre a Lei nº 10.637/2002. São Paulo: Mandamentos, 2003. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2000. FABRETTI, L. C. Prática tributária da micro e pequena empresa. São Paulo: Atlas, 2003. MEIRELLES, Ely Lopes. 1993. Direito Municipal Brasileiro. São Paulo, Malheiros, 2002. OLIVEIRA, Regis Fernandes de. Receitas Não Tributárias: taxas e preços públicos. São Paulo: Malheiros, 2003. PAULSEN, Leandro. Impostos: Federais, Estaduais e Municipais. São Paulo: Livraria do Advogado, 2004. TÔRRES, Heleno Taveira (Coord.). Leis Complementares em Matéria Tributária. São Paulo: Manole, 2003.</p>			

Módulo Específico			
Redes Públicas de Cooperação Local	CH Presencial	CH* não presencial	CH Total
Docente a ser selecionado via edital		30	30
Ementa: Desenvolvimento regional. Conceito e organização de redes. Estrutura, funcionamento e propriedades das redes. A colaboração entre estados e prefeituras para buscar ação grupal com vistas ao desenvolvimento sustentável, à preservação ecológica, ao respeito cultural e à equidade social. A estrutura ou a arquitetura mais eficiente para uma rede de organizações. Consórcios intermunicipais. Casos de redes estaduais e municipais. Alianças e parcerias. Concessões. PPPs. Consórcios.			
Conteúdo Programático Desenvolvimento regional. A colaboração entre estados e prefeituras Experiências de atividades com vistas ao desenvolvimento sustentável, à preservação ecológica, ao respeito cultural e à equidade social. Consórcios intermunicipais. Casos de redes estaduais e municipais. Alianças e parcerias.			
Bibliografia Básica: FAURÉ, Yves-A; HASENCLEVER, Lia. Caleidoscópio do desenvolvimento local no Brasil: diversidade das abordagens e das experiências. Rio de Janeiro: e-Papers, 2007. GOLDSMITH, Stephen; EGGERS, William D. Governar em rede: o novo formato do setor público. Brasília (DF): Editora UNESP, 2006. MALMEGRIN, Maria Leonídia. Redes públicas de cooperação local. – 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014. TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury. Democracia, descentralização e desenvolvimento: Brasil & Espanha. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.			

Módulo Específico			
Elaboração e Avaliação de Projetos	CH Presencial	CH* não presencial	CH Total
Docente a ser selecionado via edital		30	30
<p>Ementa Compreender como e em quais contextos a elaboração e estruturação de projetos contribuem para a gestão pública municipal e o desenvolvimento local. Construir os conceitos e indicar algumas ferramentas existentes para elaboração de projetos. Discutir qual a utilidade e em qual contexto o projeto deve ser estruturado. Apontar as etapas de um projeto. Conhecer a lógica interna e discutir as consistências pertinentes ao projeto. O papel do gestor municipal, a gestão, o monitoramento, a avaliação, a conclusão de um projeto e os encaminhamentos a serem realizados em seu término.</p>			
<p>Conteúdo Programático Etapas do processo de planejamento de projetos. Abordagem da questão interdisciplinar em projetos para o município. Influências dos projetos sobre a sociedade. Critérios para avaliação de projetos construídos no e para o município. Desenvolvimento de projetos em parceria com instituições públicas e privadas. Elaboração de projetos, prospecção de fontes de recursos através de agências de fomento, empresas e fundações.</p>			
<p>Bibliografia Básica ARMANI, Domingos. Como Elaborar Projetos? Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000. COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. Avaliação de Projetos Sociais. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. LOBO, Eduardo. Elaboração e avaliação de projetos. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014 TENÓRIO, F. G. Avaliação de Projetos Comunitários: Uma Abordagem Prática. Rio de Janeiro – São Paulo: CEDAC – Editora Loyola, 1995.</p>			
<p>Bibliografia Complementar: DROR, Yehezkel. A Capacidade para governar: informe ao Clube de Roma. Tradução Carolina Andrade. São Paulo: FUNDAP, 1999. GTZ. Planejamento de Projeto Orientado por Objetivos: método ZOPP. Recife: GTZ/SUDENE/IICA, 1993. MELNICK, Julio. Manual de projetos de desenvolvimento econômico (Nações Unidas). Rio de Janeiro: Unilivros, 1981. TEIXEIRA, Francisco (Org). Gestão de Redes de Cooperação Interempresariais. São Paulo: Casa da Qualidade, 2004.</p>			

Módulo Específico			
Gestão Democrática e Participativa	CH Presencial	CH* não presencial	CH Total
Docente a ser selecionado via edital		30	30
<p>Ementa Fundamentos filosóficos, políticos e legais da gestão democrática no município. Processos e mecanismos da gestão democrática e participativa: plebiscito, referendo, leis de iniciativa popular, Conselhos Municipais. Relações da administração pública com os Conselhos Municipais. Metodologias de intervenção/participação dos Conselhos Municipais, instituições e movimentos sociais no planejamento municipal, com destaque para o orçamento. Discutir o significado da política de controle social, em articulação direta com as instâncias de participação popular: Conselhos Municipais com Conselhos Populares. Compreender o papel dos instrumentos de controle ditos oficiais: Tribunal de Contas e Ministério Público, detalhando suas funções e definindo estratégias de atuação da gestão transparente das políticas públicas de Estado, para, conseqüentemente, estabelecer uma melhoria da prática e do exercício do controle social.</p>			
<p>Conteúdo Programático Plebiscito, referendo, leis de iniciativa popular, Conselhos Municipais. Metodologias de intervenção/participação dos Conselhos Municipais, instituições e movimentos sociais no planejamento municipal, com destaque para o orçamento. Conselhos Municipais com Conselhos Populares. Funções e estratégias de atuação da gestão transparente das políticas públicas de Estado. Estabelecimento de ações de prática e do exercício do controle social.</p>			
<p>Bibliografia Básica DAGNINO, Evangelina. Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002. SALLES, Helena da Motta. Gestão democrática e participativa. – 3. ed. rev. ampl. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014. SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Porto Alegre: Afrontamento, 2003.</p>			
<p>Bibliografia Complementar: AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. In: Dados, v. 50, n. 3, Rio de Janeiro, 2007. _____. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. In: Opinião Pública, v. 14, n. 1, Campinas jun. 2008. AVRITZER, Leonardo. Reforma Política e Participação no Brasil. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006. BAQUERO, Marcello. Cultura política participativa e des-consolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. In: São Paulo em Perspectiva, 2001, vol. 15, n. 4. Cartilha do Orçamento – ENAP. GARCIA, Ronaldo C. Subsídios para Organizar as Avaliações da Ação Governamental. Brasília: IPEA, 2001. [Texto para Discussão n. 776]. SOUZA, Celina. Construção e Consolidação de Instituições Democráticas: papel do orçamento participativo. In: São Paulo em Perspectiva, dez 2001, vol. 15, n. 4, p. 84-97.</p>			

Módulo Específico			
Gestão Logística	CH Presencial	CH* não presencial	CH Total
Docente a ser selecionado via edital		30	30
<p>Ementa Introdução à Logística. Caracterização das Atividades Primárias e Secundárias da Logística. Nível de Serviço Logístico. Gestão de Compras. Gestão de Estoques. Processo de Negociação com Fornecedores.</p>			
<p>Conteúdo Programático Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição: Estratégia, Operação e Avaliação. Organizações e suas múltiplas configurações Ferramentas para identificação e mapeamento de compras Padrões para fluxogramação Modelos de gestão de estoques Informatização de gestão</p>			
<p>Bibliografia Básica BALLOU, Ronald H. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. 6. ed. São Paulo: Bookman, 2006. LACHTERMACHER, Gerson. Pesquisa Operacional na Tomada de Decisões: modelagem em Excel. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. ROSA, Rodrigo de Alvarenga. Gestão logística. – 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014. VIANA, João, J. Administração de Materiais: um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>Bibliografia Complementar: ARNOLD, J. R. Tony. Administração de materiais. São Paulo: Atlas, 2002. BOWERSOX, D. J. CLOSS, D. J. Logística Empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimento. São Paulo: Atlas, 2001. CHRISTOPHER, Martin. O Marketing da Logística. São Paulo: Futura, 1999. MINTZBERG, H. Criando Organizações Eficazes: estruturas em cinco configurações. São Paulo; MORGAN, G. Imagens da organização. São Paulo: Atlas, 1996. NADLER, D. Arquitetura organizacional: a chave para a mudança empresarial. Rio de Janeiro: Campus, 1993.</p>			

Módulo Específico			
Processos Administrativos	CH Presencial	CH* não presencial	CH Total
Docente a ser selecionado via edital		30	30
<p>Ementa Abordagens conceituais sobre processos; organizações e suas múltiplas configurações; tipos de organização e suas respectivas orientações para processos; critérios de interdependência (visões: tradicional, contemporânea e inovadora); organizações públicas e suas configurações. Identificação de processos; ferramentas para identificação e mapeamento de processos; padrões para fluxogramação; metodologia para mapeamento de processos; a importância do fator documentação e a necessidade de capacitação e qualificação de pessoas.</p>			
<p>Conteúdo Programático Tipos de organização e suas respectivas orientações para processos Ferramentas para identificação e mapeamento de processos Padrões para fluxogramação Metodologia para mapeamento de processos</p>			
<p>Bibliografia Básica MENDONÇA, Ricardo Rodrigues Silveira de Processos administrativos. – 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014. MINTZBERG, H. Criando Organizações Eficazes: estruturas em cinco configurações. São Paulo: Atlas, 1995. ROBBINS, S. P. O Processo Administrativo: integrando teoria e prática. São Paulo: Atlas, 1981.</p>			
<p>Bibliografia Complementar: MATIAS-PEREIRA, J. Manual de gestão pública contemporânea. São Paulo: Atlas, 2008; MORGAN, G. Imagens da organização. São Paulo: Atlas, 1996. NADLER, D. Arquitetura organizacional: a chave para a mudança empresarial. Rio de Janeiro: Campus, 1993.</p>			

Módulo Específico			
Trabalho de Conclusão de Curso	CH Presencial	CH* não presencial	CH Total
Docente a ser selecionado via edital		30	30
<p>Ementa Possibilidades de trabalho de conclusão de curso (TCC). Técnicas utilizadas para a elaboração de monografias e artigos científicos. Especificidades do TCC de acordo com a área de formação do pós-graduando. Elaboração e orientação do TCC. Socialização do trabalho de conclusão de curso.</p>			
<p>Conteúdo Programático - Natureza da monografia e do artigo científico - Aspectos estruturais e formais - Dificuldades e possíveis soluções no processo de elaboração do TCC - Processo de orientação - Defesa pública - Formas de circulação do trabalho: seminários e publicações.</p>			
<p>Bibliografia ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022:2003: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa; _____. ABNT NBR 6023:2002: informação e documentação: referências: elaboração; _____. ABNT NBR 6028:2003: resumos: procedimentos; _____. ABNT NBR 10520:2002: informação e documentação: apresentação de citações em documentos; _____. ABNT NBR 10719:2011: informação e documentação: relatório técnico e/ou científico: apresentação; _____. ABNT NBR 14724:2011: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação; _____. ABNT NBR 15287:2011: informação e documentação: projeto de pesquisa: apresentação. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.</p>			

Cáceres, 07 de novembro de 2016

Nome completo e assinatura do(a) Coordenador

Anexo 1 - A UNEMAT NO CONTEXTO DE MATO GROSSO E A EAD

A UNEMAT NO CONTEXTO DE MATO GROSSO

A Universidade do Estado de Mato Grosso foi criada em 20/07/1978 como Instituto de Ensino Superior de Cáceres – IESC. Em 19/12/1985 passou a ser designada Fundação Centro Universitário de Cáceres – FUCUC - e em 17/07/1989, Fundação Centro de Ensino Superior de Cáceres – FCESC. Na data de 16/01/1992 cria-se a Fundação de Ensino Superior de Mato Grosso – FESMAT e através da Lei Complementar n. 30, de 15/12/1993, é elevada a Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, tendo como mantenedora a Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso. A UNEMAT, institucionalmente, está vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia – SECITEC, e legalmente é credenciada pelo Conselho Estadual de Educação – CEE/MT.

Com sede na cidade de Cáceres, a UNEMAT possui 13 Campi Universitários e Núcleos Pedagógicos localizados em diferentes regiões do Estado de Mato Grosso. Neste cenário, a UNEMAT encontra-se inserida em 117 dos 142 municípios que formam o Estado, proporcionando assim, o acesso ao ensino superior público para a população do interior do Estado, como, a qualificação para as atividades profissionais, priorizando especificidades regionais e respeitando as características socioambientais, contribuindo, desta forma, com o desenvolvimento científico, tecnológico, educacional, econômico, social e cultural de Mato Grosso. A Universidade, ao longo de sua existência, tem se dedicado à formação de professores e à questão ambiental, em decorrência das próprias características do Estado e, também, pela sua organização multicampi.

Os Projetos Pedagógicos dos cursos ofertados pela UNEMAT, independentemente da modalidade, têm como prioridade acadêmica o acompanhamento e a flexibilização curricular com vistas à melhoria do ensino. A Universidade está atenta ao processo contínuo de mudanças que ocorrem na sociedade e consciente do seu papel institucional na formação do cidadão. Para tanto, os projetos pedagógicos dos cursos estão sendo constantemente revistos, seguindo as novas orientações do Ministério da Educação. A UNEMAT tem-se pautado na sua trajetória histórica, na valorização de comportamentos éticos e humanistas na formação de especialistas, mestres e doutores, institucionalização do processo de educação continuada e compromisso com a qualidade do processo ensino-aprendizagem.

A UNEMAT E A EAD

O primeiro credenciamento institucional da UNEMAT para oferta de cursos a distância ocorreu em 03 de fevereiro de 2005, por um período de 03 anos. Com o credenciamento ocorreu a regularização do curso de graduação em Pedagogia, habilitação em Licenciatura para as séries iniciais do ensino fundamental, que estava sendo desenvolvido, desde 1999, a partir de uma parceria estabelecida entre a UNEMAT, a Secretaria de Estado de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso e diversos municípios do Estado de Mato Grosso. Com o Programa Pró-Licenciatura, criado em 2005, a UNEMAT ampliou a política de interiorização de cursos de graduação a distância no Estado de Mato Grosso. A partir desse Programa, a Instituição ofertou o curso de Licenciatura em Educação Infantil, por meio de uma parceria interinstitucional estabelecida pelo consórcio Pró-Formar. O objetivo desse consórcio era o de estabelecer uma rede de formação entre: Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), Universidade Federal de Lavras (UFLA) e Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

No ano de 2008, a UNEMAT passou a integrar o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Esse sistema, instituído pelo Decreto 5.800, de 08 de junho de 2006, tem suas ações realizadas a partir da colaboração entre a União, as Secretarias de Estado, as Universidades e as Prefeituras Municipais.

Através da modalidade a distância a UNEMAT atende atualmente 2419 alunos em 18 polos situados em diversos municípios do Estado de Mato Grosso e se prepara para ofertar novas vagas por meio de cursos propostos em parceria com a Universidade Aberta do Brasil – UAB/MEC. É neste cenário que se inscrevem os cursos ofertados os quais tem alcançado resultados positivos na melhoria do ensino e da educação, na qualificação profissional e na expansão da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade.

Em 2010/2 a UNEMAT iniciou pela UAB, a oferta dos cursos de Licenciatura em Física, Licenciatura em Ciências Biológicas e Bacharelado em Administração Pública pelo PNAP. Em 2011 foram ofertados os cursos de Pós-Graduação em Gestão Pública, Gestão em Saúde e Gestão Municipal, também do PNAP. Para o primeiro semestre de 2012, foram reofertados tanto os cursos de graduação quanto os de Pós-Graduação nos Pólos onde os mesmos já ocorriam, além de iniciar a oferta dos três cursos de Graduação nos Pólos de Nova Xavantina e Sorriso. Em 2014 aumentou sua atuação a distância com o curso de Pedagogia, Letras Língua Espanhola e Letras Língua Inglesa A Universidade do Estado de Mato Grosso passou a fazer parte do Fórum Estadual Permanente de Apoio a Formação Docente de Mato Grosso quando da sua criação e aprovação pela Resolução nº. 001/2009/Fórum Estadual de Educação, publicada no Diário Oficial nº 25127 em 29/07/2009. Atualmente a UNEMAT compõe o rol de instituições Estadual responsáveis pela formação de professores, e parceiras da UAB/CAPES na oferta de cursos à distância.

A UNEMAT, por ser uma Universidade multicampi, consolidada em algumas das principais cidades do Estado do Mato Grosso, presente em muitas cidades do interior, e, por ter ampla experiência no engajamento em programas de formação de professores em várias modalidades, encontra-se apta para adotar mais este desafio: formar professores em Pedagogia à distância neste Estado que apresentam dimensões continentais, regiões de difícil acesso e uma rica diversidade histórica, geográfica e ambiental. A Educação a Distância da UNEMAT tem se constituído como uma instância de democratização do ensino e de inclusão social. Os Programas de Formação organizados a partir dessa modalidade educativa são desenvolvidos por meio da Diretoria de Gestão de Educação a Distância – DEAD, cujas ações estão voltadas prioritariamente ao atendimento das demandas de formação do interior do Estado de Mato Grosso.

Anexo 2 - DESCRIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS - COORDENAÇÃO, DOCÊNCIA E TUTORIA

O curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, na modalidade a distância, constitui-se de uma estrutura e organização que dá suporte à ação educativa e prevê Coordenadoria de Curso, Coordenadoria de Tutoria, Sistema de Tutoria e Professores.

A coordenação do Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal, vinculada à diretoria da DEAD/UNEMAT, comportará dois coordenadores:

- Coordenador do Curso e
- Coordenador de Tutoria.

COORDENAÇÃO DE CURSO

O Coordenador do Curso tem as seguintes atribuições:

- Coordenar, acompanhar e avaliar as atividades acadêmicas do curso;
- Participar das atividades de capacitação e de atualização desenvolvidas na instituição de ensino;
- Participar de grupos de trabalho para o desenvolvimento de metodologia, elaboração de materiais didáticos para a modalidade à distância e sistema de avaliação do aluno;
- Realizar o planejamento e o desenvolvimento das atividades de seleção e capacitação dos profissionais envolvidos no curso;
- Elaborar, em conjunto com o corpo docente do curso, o sistema de avaliação do aluno;
- Participar dos fóruns virtuais e presenciais da área de atuação;
- Realizar o planejamento e o desenvolvimento dos processos seletivos de alunos, em conjunto com o coordenador DEAD/UNEMAT;
- Acompanhar o registro acadêmico dos alunos matriculados no curso;
- Verificar "in loco" o andamento dos cursos.
- Acompanhar e supervisionar as atividades: dos tutores, dos professores, do coordenador de tutoria e dos coordenadores de polo;
- Informar o coordenador DEAD/UNEMAT a relação mensal de bolsistas aptos e inaptos para recebimento;
- Auxiliar o coordenador DEAD/UNEMAT na elaboração da planilha financeira do curso.

COORDENAÇÃO DE TUTORIA

O coordenador de Tutoria tem as seguintes atribuições:

- Participar das atividades de capacitação e atualização;
- Acompanhar o planejamento e o desenvolvimento dos processos seletivos de tutores, em conjunto com o coordenador de curso;
- Acompanhar as atividades acadêmicas do curso;
- Verificar "in loco" o andamento dos cursos;
- Informar o coordenador do curso a relação mensal de tutores aptos e inaptos para recebimento da bolsa;
- Acompanhar o planejamento e o desenvolvimento das atividades de seleção e capacitação dos tutores envolvidos no programa;
- Acompanhar e supervisionar as atividades dos tutores;
- Encaminhar à coordenação do curso relatório semestral de desempenho da tutoria.

SISTEMA DE TUTORIA

O Sistema de Tutoria recebe atenção especial nas atividades da DEAD/UNEMAT, pois o papel desempenhado pelo tutor no processo de ensino-aprendizagem da educação a distância está no centro dos indicadores de qualidade do curso. A DEAD/UNEMAT, em parceria com a UAB, terá dois grupos de tutores:

- a) Tutoria a distância e
- b) Tutoria presencial.

Tutor a distancia

A relação entre o grupo de tutores a distância e os alunos será mediada por tecnologias de informação e comunicação, especialmente pelas ferramentas disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem (AVA). Esses tutores trabalharão em consonância com os professores da disciplina e com os tutores presenciais e serão orientados pelas coordenações de Tutoria e de Curso. O processo de requererá do tutor virtual as seguintes atribuições:

1. Auxiliar na realização das atividades no Ambiente Virtual de Aprendizagem;
2. Interagir com os alunos sob sua supervisão;
3. Consultar o professor coordenador da disciplina sobre questões referentes ao conteúdo;
4. Orientar o aluno sobre com quem falar para solucionar alguma outra dificuldade que não seja de sua competência;
5. Consultar a coordenação de tutoria e professor da disciplina sobre dificuldades referentes à interação com os alunos.

O sistema de tutoria virtual receberá atenção especial da Equipe de EaD da DEAD/UNEMAT, pois considera-se que o processo de interação/interatividade constitui ponto central na proposta metodológica dos cursos de EaD da UNEMAT.

Tutor de Apoio presencial

Os tutores presenciais serão professores selecionados pela instituição de ensino, lotados nas diversas regiões e envolvidos no projeto. Serão escolhidos por meio de um processo de seleção que levará em conta alguns critérios:

- a) Residir preferencialmente na região onde se desenvolve o curso;
- b) Possuir, preferencialmente, graduação na área da saúde;
- c) Apresentar disponibilidade para se dedicar, em tempo exclusivo, ao cumprimento das tarefas que compõem suas atividades;
- d) Demonstrar possuir os conhecimentos necessários às funções que desempenhará enquanto orientador acadêmico;
- e) Aceitar participar, como cursista, de uma capacitação em Educação Aberta e a distância – Orientação Acadêmica.

Dentre as atribuições do tutor presencial, podemos destacar:

- Dar instruções básicas de informática;
- Orientar o aluno na navegação no ambiente virtual de aprendizagem;
- Auxiliar o aluno a gravar, copiar, enviar atividades e trabalhos via internet ou correspondência para os professores;
- Auxiliar o aluno na organização da sua agenda (plano de estudos);
- Mediar ou auxiliar, sempre que necessário, a comunicação entre alunos e tutores a distância responsáveis pelas disciplinas.

O tutor presencial deve ter disponibilidade, com dias e horários pré-definidos e repassados aos alunos para os “plantões de dúvidas”, grupos de estudos ou refazer aulas de laboratório. Os tutores presenciais têm como função acompanhar o desenvolvimento teórico (didático) do curso, estar presentes nas aulas práticas e nas avaliações que ocorrerem no Polo de sua competência.

Reporta-se ao orientador acadêmico para instrução e soluções de dúvidas. O caso de

não conseguir sanar as dúvidas deve recorrer ao tutor a distância. O tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas, as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão, com os professores formadores, a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e avaliação de aprendizagem no Trabalho de Conclusão de Curso.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, como se coloca em atitude de questionamento reconstrutivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido, necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria e prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se relaciona se com outros estudantes para estudar, se participa de organizações ligadas à sua formação.

Além disso, o tutor deve, neste processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem. Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos dos aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico metodológica do curso. Essa formação deve ser oportunizada pela UNEMAT antes do início do curso e ao longo do curso.

Como recursos para interlocução tutor-aluno-professor poderão ser utilizados:

- I. Ambiente Virtual, com recursos de fórum, chat, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;
- II. Videoconferência;
- III. Vídeoaula;
- IV. Telefone;
- V. E-mail.

Os encontros presenciais serão eventos que envolverão os atores pedagógicos e administrativos dos subsistemas do Curso. As atividades a serem contempladas podem incluir: avaliação do desempenho discente, apresentação de palestras, aulas, pesquisas desenvolvidas, defesa de TCC.

Serão realizados encontros presenciais por módulo, nos finais de semana. Além disso, em disciplinas específicas serão realizadas em aulas presenciais nos polos, sempre aos sábados. As aulas serão ministradas por professores formadores, e eventualmente, por tutores.

PROFESSORES NO SISTEMA EAD

Antes de iniciar o desenvolvimento dos materiais didático-pedagógicos para sua disciplina, o professor (coordenador de cada disciplina) receberá uma formação intensiva direcionada à pedagogia da educação a distância, onde será levado a refletir sobre as peculiaridades desta modalidade de EaD. Esta formação está dividida em duas partes complementares: aprofundamento teórico sobre a temática educação à distância e orientações práticas sobre a forma de trabalhar o material didático-pedagógico para cursos a distância. Assim, durante o desenvolvimento do curso, os professores devem, entre as atribuições:

- Participar do curso de formação de professores em EaD;
- Elaborar o plano de ensino nos moldes apresentados pela coordenação da

DEAD/UNEMAT;

- Adequar o plano de ensino conforme as sugestões do Coordenador de Curso
- Elaborar, organizar e selecionar o conteúdo a ser disponibilizado no ambiente virtual de aprendizagem (materiais virtuais) vídeo-aulas (materiais audiovisuais) para os alunos;
- Responder às necessidades da coordenação de Curso para o desenvolvimento de sua disciplina;
- Fazer reuniões (presenciais e a distância) com os tutores a distância;
- Coordenar às atividades dos tutores a distância;
- Auxiliar a coordenação na orientação e treinamento dos tutores presenciais, principalmente se sua disciplina exigir trabalhos em laboratórios ou atividades práticas específicas;
- Apoiar a aprendizagem dos alunos, viabilizando materiais para aprofundamento ou recuperação sempre que necessário;
- Utilizar o relatório dos tutores para fechamento da unidade anterior, relacionando-a com àquela que se iniciará;
- Participar das reuniões da equipe pedagógica promovidas pela coordenação de curso ou pela coordenação da DEAD/UNEMAT;
- Cumprir com os prazos estabelecidos pela coordenação da DEAD/UNEMAT e da sua coordenação de curso.

PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

O controle da produção e distribuição do material didático será realizado pela Diretoria de Gestão de Educação a Distância – DEAD/UNEMAT e Coordenação do Curso, considerando os parâmetros de produções e de fomentos do Sistema UAB.

O material didático do curso, no âmbito da proposta curricular, configura-se como um dos dinamizadores da construção curricular e também como um balizador metodológico. Os professores da UNEMAT poderão utilizar materiais já produzidos por instituições parceiras do Sistema UAB em acordos pré-definidos ou produção própria dos professores conteudistas da modalidade a Distância, ou ainda, poderão, a partir de sua área de conhecimento, responsabilizar-se pela concepção e produção de material didático para o Curso.

No caso de produção própria os professores definirão os conteúdos a serem trabalhados, a linguagem a ser utilizada, a estrutura do texto a ser construído, e contará com a equipe multidisciplinar como apoio pedagógico e da equipe de tecnologia para a produção do design gráfico e demais passos necessários. Assim, o material ganhará unidade conceitual e didática, com a identidade da UNEMAT. Cada material deverá conter os conteúdos básicos para cada disciplina, atividades para avaliar, a compreensão do que foi estudado e textos para leituras complementares selecionados pelos professores.

Poderá ser produzida web aulas sobre os conteúdos e disponibilizados para os alunos. Estas poderão ser assistidas online e também ser baixadas (download) para os mais diversos suportes midiáticos, como por exemplo, CD/DVDs. Todos os atores da estrutura pedagógica de EAD têm como função básica assistir ao estudante, acompanhá-lo e motivá-lo ao aprendizado.

INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

A Educação a Distância, embora prescindida da relação face-a-face em todos os momentos do processo ensino-aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores formadores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

1. A implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo

educativo;

2. A produção e organização de material didático apropriado à modalidade;
3. Os processos de orientação e avaliação próprios;
4. O monitoramento do percurso do estudante;
5. A criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de estudo dos estudantes.

POLOS DE APOIO PRESENCIAL

Importância do polo para o ensino de graduação A experiência de diversos países no ensino a distância de graduação mostra que os processos de ensino e aprendizagem são enriquecidos quando os estudantes dispõem de polos de apoio presencial. Estes servem como referência física para os alunos, oferecendo toda uma infraestrutura de atendimento e estudo e é o local onde são prestados os exames presenciais. Nesses polos os alunos contarão com:

- Salas de estudo; microcomputadores conectados à internet com multimeios e videoconferências;
- Laboratórios didáticos;
- Biblioteca;
- Recursos audiovisuais diversos;
- Seminários para complementação ou suplementação curricular.

A contribuição desses centros para o ensino e a aprendizagem dá-se especialmente pela realização das seguintes atividades:

- Tutoria presencial semanal, para esclarecimento de dúvidas;
- Seminários presenciais, de introdução ou aprofundamento das disciplinas;
- Tutoria à distância, através de videoconferência, Internet (em sala de Informática devidamente equipada) ou mesmo telefone.

Ao oferecer todos esses recursos, o Polo de Apoio Presencial contribui para fixar o aluno no curso, criar uma identidade dele com a Instituição e reconhecer a posição de liderança do município. Outros benefícios dos polos de apoio presencial Graças à sua atuação diversificada, que vai além do ensino de graduação, o polo regional cumpre outros papéis no desenvolvimento regional:

- Cursos de extensão: voltados para o aprimoramento e a capacitação de professores da rede pública de ensino, aprimorando seus conhecimentos e disponibilizando novas formas de apresentação de conteúdos para os ensinos fundamental e médio, nas grandes áreas de linguagem, matemática, ciências da natureza e ciências sociais;
- Atividades culturais: polos de apoio presencial realizarão conferências presenciais e será ponto de recepção de videoconferências; além disso, poderão disponibilizar videoclubes, apresentações de concertos e peças teatrais de grupos das universidades consorciadas;
- Consultoria das universidades: os grupos de pesquisa e extensão dessas universidades consorciadas poderão participar diretamente na solução de problemas técnicos da comunidade.